

FORTUNATA PISELLI

Universidade de Nápoles

A sociedade-providência na esfera económica

105

Com base nos resultados de uma investigação realizada em quatro aldeias do concelho de Coimbra, o artigo procura mostrar a importância das redes de solidariedade da sociedade-providência na organização da vida produtiva e na satisfação das necessidades de reprodução social das famílias. Demonstrando o carácter plurifacetado, complexo e dinâmico das relações que constituem a sociedade-providência, o artigo equaciona os efeitos que as transformações económicas, políticas e sociais decorrentes da revolução de 25 de Abril de 1974 exerceram nas comunidades em análise, potencializando e revitalizando as redes locais de solidariedade.

Os estudos mais recentes sobre a família, o parentesco e a comunidade têm-se preocupado, sobretudo, em evidenciar a sua importância em matéria de segurança e de bem-estar social. É que a família e as redes de parentesco, amizade e vizinhança asseguram uma vasta gama de apoios e de serviços, de valor monetário ou não, que o Estado não consegue assegurar: encarregam-se de tomar conta das crianças e de cuidar dos idosos, tratam dos doentes e ajudam-nos nas tarefas domésticas, providenciam o sustento dos desempregados, dos deficientes e dos idosos. Em suma, com pesados custos pessoais e materiais compensam, em larga medida, as graves carências das estruturas públicas de assistência social: creches e jardins de infância, assistência na doença, pensões, subsídios de desemprego, etc. Constituem, assim, a base de uma sociedade-providência forte que — tal como foi defendido e documentado por Boaventura de Sousa Santos — coexiste em Portugal com um Estado-Providência fraco (Santos, 1993:43), evitando que o mal-estar e o descontentamento provocados pela ausência ou

mau funcionamento das instituições públicas possa conduzir a formas de ruptura social e política.

Naturalmente, a força das relações de solidariedade ultrapassa muito as actividades quotidianas de apoio e ajuda recíproca, atingindo os níveis cultural, simbólico, económico, político, normativo, moral, jurídico, etc. O meu ponto de vista, neste artigo, será extremamente circunscrito: proponho-me aprofundar o conceito de sociedade-providência apenas no âmbito das relações económicas.

A minha tese consiste em defender que as redes de solidariedade são uma parte fundamental da organização da vida produtiva. Apoiam as iniciativas independentes, alargam o campo das informações e do controlo sobre os recursos de emprego, asseguram todas as actividades suplementares através das quais pode realizar-se uma melhoria das condições económicas e podem satisfazer-se as novas exigências de consumo das famílias.

Em segundo lugar, quero evidenciar a natureza dinâmica das relações de solidariedade. Elas são constituídas por uma rede flexível e aleatória que se adapta e modifica em resposta às mudanças externas, mostrando toda a sua força e as suas exigências selectivas no processo de adaptação às novas solicitações da economia e da política. Quero salientar, em particular, o papel determinante desempenhado pelo 25 de Abril na potencialização e revitalização das redes de solidariedade e, portanto, das dinâmicas da sociedade-providência na esfera económica.

Os locais e os processos em acção

As minhas observações baseiam-se nos resultados de uma investigação desenvolvida em quatro aldeias do concelho de Coimbra. A investigação foi efectuada em dois momentos sucessivos: entre 1971 e 1973 e, depois da revolução de 25 de Abril de 1974, entre 1983 e 1989¹.

A primeira fase da investigação tinha como objectivo fundamental o conhecimento pormenorizado da estrutura demográfica e das condições de vida e de trabalho da população. Em Almalaguês (809 habitantes, 223 fogos), aldeia situada

¹ Reuni os resultados globais da investigação numa monografia, para a qual remeto para um aprofundamento empírico e bibliográfico (Piselli, 1991a). Publiquei alguns resultados parciais em dois trabalhos: Piselli, 1991b e 1993. A investigação foi realizada graças ao apoio financeiro de duas instituições: em Portugal, a Fundação Calouste Gulbenkian; em Itália, o CNR, que me permitiu efectuar visitas de estudo a Portugal, no âmbito do acordo de cooperação científica para o intercâmbio de investigadores entre o CNR e o INIC/JNICT.

numa colina a 12 quilómetros da cidade de Coimbra, a população estava muito ligada a modos de vida rural e só uma ínfima parte tinha acesso ao mercado de trabalho urbano. Os habitantes de Antanhol, Eiras e Adémia, na orla da cintura urbana, na sua maioria ganhavam a vida trabalhando em fábricas e nos serviços em Coimbra². Muitos deles percorriam a pé os cinco ou seis quilómetros que os separavam da cidade, porque os salários que ganhavam eram tão baixos que não lhes permitiam suportar os custos, nem dos transportes públicos, nem de meios de transporte próprios, e complementavam as escassas receitas da indústria com actividades agrícolas de autoconsumo. O desenvolvimento da indústria baseava-se, precisamente, numa vasta oferta de força de trabalho barata, continuamente renovável, cuja reprodução económica era assegurada por outras fontes de rendimento para além dos salários ganhos na fábrica.

Em cada três famílias, duas viviam em casas degradadas e insalubres: amontoavam-se em habitações de um ou dois quartos, sem água, sem instalações sanitárias e, em muitos casos, até sem luz. Alimentavam-se pouco e mal. O analfabetismo atingia 90% nos escalões etários superiores.

Estava em curso um processo de proletarianização, ligado ao desenvolvimento industrial de Coimbra, que atraía um número cada vez maior de habitantes das aldeias das redondezas, criando inevitavelmente condições de concorrência entre os trabalhadores locais e um processo de pauperização cada vez mais acentuado nas camadas proletárias. A cidade permanecia, contudo, uma realidade estranha, com escasso poder de integração, quer do ponto de vista cultural, quer da comunicação.

Dez anos após a revolução de 25 de Abril de 1974, passada já a época das «rupturas» mais espectaculares, julgamos oportuno repetir a investigação efectuada anteriormente, para comparar a situação das vésperas da revolução com a que tinha surgido nos dez anos seguintes e averiguar de que maneira os habitantes tinham encarado e vivido aquela experiência.

² Antanhol está situada a 6 Km de Coimbra; em 1971, viviam na aldeia 206 famílias, que perfaziam uma população de 702 indivíduos. Eiras e Adémia estão situadas, respectivamente, a 5 e 4 Km de Coimbra. Eiras (abrangendo também o lugar de Casais) tinha uma população de 1128 indivíduos (312 famílias) e Adémia 968 indivíduos (262 famílias). Tal como para Almalaguês, os dados referem-se à população abrangida pelo nosso inquérito. Julgamos tais dados mais fidedignos do que os indicados pelas fontes oficiais que, no caso de Antanhol, por exemplo, limitam a população presente na aldeia, na altura do recenseamento de 1970, somente a 291 indivíduos, no total de 87 famílias (ver Câmara Municipal de Coimbra, 1984).

Os resultados da análise permitiram construir um quadro completamente novo. As aldeias tinham sofrido um processo de profunda transformação das condições materiais de vida, apresentando evidentes características de uma integração na realidade urbana mais vasta. A rede viária, os meios de transporte, a maior facilidade e continuidade das relações com a cidade, a satisfação das necessidades básicas, a abertura para novos modelos de consumo, a crescente escolarização das novas gerações foram os factores mais evidentes e significativos da mudança³.

Vejamos alguns indicadores que podem revelar a profundidade da mudança. Em 1971, o analfabetismo atingia 90% no grupo etário dos idosos, e globalmente atingia 30 a 40% da população; em 1986, toda a gente tinha frequentado a quarta classe e, pelo menos, metade continuara os estudos. A má nutrição que atingia cerca de um terço das famílias desapareceu. Em 1971, só uma família em cada três possuía electrodomésticos e só uma em cada quatro tinha um meio de transporte próprio. Quinze anos depois, quase todas as famílias tinham televisão, electrodomésticos e, pelo menos, um meio de transporte próprio. As famílias com casa própria aumentaram, pelo menos, 20% e as que desenvolvem uma actividade produtiva independente, mesmo que parcial, aumentaram mais ainda.

Como conseguiram melhorar as condições económicas? A hipótese de que foi através do aumento dos salários reais deve ser posta de lado. O proletariado fortaleceu o seu poder social depois de Salazar, mas esbarrou com os interesses do capitalismo industrial (sobretudo do capital estrangeiro) que dependiam, precisamente, dos baixos níveis de remuneração salarial. A melhoria das condições económicas resultou das estratégias de diferenciação produtiva que os habitantes das aldeias, graças ao 25 de Abril, puderam intensificar. O processo de desproletarização — através da diversificação das actividades económicas e da importância cada vez maior das actividades de autoconsumo — esteve na base dos êxitos

³ Queremos acrescentar que não se verifica nenhum dos sintomas de deterioração e de decadência do tecido económico e social que os indicadores macroeconómicos e político-administrativos fazem supor. A propósito, vejamos os dois volumes que reúnem as contribuições apresentadas num colóquio, realizado em Coimbra, sobre as transformações sociais ocorridas em Portugal nos dez anos subsequentes ao 25 de Abril, e que constituem a melhor síntese das análises e reflexões elaboradas sobre o tema: Colóquio «Portugal 1974-1984, Dez anos de transformação social», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 1ª vol., nºs 15-16-17, Maio, 1985; 2ª vol. nºs 18-19-20, Fevereiro, 1986.

obtidos e fomentou a consolidação duma crescente prosperidade dos habitantes.

As aberturas políticas permitiram que as pessoas, até então presas a uma rígida condição de classe, encontrassem soluções individuais; ofereceram novas possibilidades a alguns grupos da população sem uma clara definição social; e favoreceram uma nova forma de organização da vida económica (sem relação necessária com o progresso económico) que proporcionou às populações das aldeias aqui referidas um nível mais elevado de bem-estar. Nos interstícios dos sistemas normativos, grupos e indivíduos desenvolveram as suas próprias estratégias, aproveitando os novos espaços abertos, a eliminação de vínculos, todas as brechas que, sem as derrubar por completo, se foram abrindo nas estruturas do Estado salazarista, e aplicaram todos os novos recursos que, embora de forma limitada e imperfeita, tinham agora ao dispor. As solidariedades familiares e parentais apoiaram e permitiram estes esforços, proporcionando meios e incentivos para melhorar a situação. Antes, porém, de considerar as práticas sociais, analisemos rapidamente como se alterou o quadro profissional e económico nos dez anos que se seguiram à revolução de Abril.

109

Os habitantes de Almalaguês aproveitaram todas as oportunidades que o mercado oferecia para ganhar um salário, isto é, para terem uma garantia de subsistência além das actividades de autoconsumo. Inseriram-se em número cada vez maior no mercado de trabalho urbano.

A percentagem de trabalhadores agrícolas no total da população masculina activa, entre 1971 e 1986, diminuiu drasticamente (desceu de 49,8% para 16,6%), ao passo que a percentagem de operários e trabalhadores assalariados nos serviços atingiu quase o dobro e a percentagem dos empregados administrativos aumentou dez vezes, subindo de 1,3% para 11,1%. Também as mulheres entraram cada vez mais na produção industrial e puderam seguir novos percursos de emprego. A percentagem de operárias no total da população activa feminina subiu de 1,1% para 6,8%; a percentagem das trabalhadoras dos serviços, de 3,4% para 4,7%; e as empregadas administrativas, ausentes no levantamento anterior, representavam, em 1986, 7,4%.

A passagem do camponês à condição de trabalhador por conta de outrem não implicou, de forma alguma, o abandono

Os habitantes de Almalaguês e as novas actividades assalariadas

da sua actividade agrícola de autoconsumo. Antes, pelo contrário, desencadeou um movimento de sentido oposto, actuando aquela condição como suporte de diversas actividades autónomas e iniciativas independentes (mesmo para além da agricultura) e consolidando os fundamentos da segurança económica das famílias, constituídos principalmente pela propriedade da casa e da terra. Os agregados domésticos «proletários» diminuíram de 10,8% em 1971, para 6,9%, em 1986. Os agregados domésticos «mistos», que contam para o seu rendimento não só com os salários, mas também com as receitas das actividades independentes e de autoconsumo, aumentaram de 89,2% para 93,1%.

A difusão da pequena propriedade fundiária foi, em parte, uma consequência das normas de transmissão hereditária que tendem a favorecer a fragmentação progressiva das pequenas parcelas com o decorrer das gerações. Mas foi também uma consequência da circulação mais intensa da terra; tornada acessível a um maior número de famílias. O mercado da terra, apesar de ter sido sempre activo, intensificou-se ainda mais nos anos imediatamente posteriores à revolução: de 280 compras e vendas de terrenos nos seis anos anteriores à revolução (1969-1974), passou-se para 367 nos seis anos subsequentes (1975-1980), voltando-se, depois, aos níveis primitivos (257 compras e vendas no período 1981-1986). O mesmo aconteceu com as heranças e as doações: de 117 nos seis anos anteriores à revolução, passaram para 194 nos seis anos subsequentes, para depois estabilizarem novamente, tal como as compras e vendas, nos primitivos níveis (131 entre 1981-86). Uma grande parte das compras e vendas, como de costume, diz respeito a pequeníssimas parcelas de terra que circulam no âmbito dos grupos parentais e de vizinhos (expressão de situações de emergência e/ou de lógicas de concentração predial). Mas há também parcelas que resultaram de uma crescente subdivisão de propriedades agrícolas maiores. Além disso, algumas famílias chegaram a comprar pequenas parcelas fora dos limites administrativos da freguesia.

As famílias de Almalaguês, tal como anteriormente, continuavam a complementar os rendimentos agrícolas e salariais com os proventos da tecelagem ao domicílio. A tecedeira continuou a ser a figura central que permite o funcionamento duma economia deste tipo. Representa o elo de ligação entre o ciclo industrial e o ciclo agrícola, exprimindo a continuidade da família como unidade de trabalho. Com efeito, a mobili-

dade que encaminhou para o mercado de trabalho «externo» cerca de 80% da população activa masculina, envolveu em menor escala as mulheres (sobretudo as solteiras), que continuaram a desempenhar o seu papel produtivo em casa. Em 1986, as tecedeiras representavam 64,2% da população activa feminina, tendo diminuído pouco em relação aos 71,9% do levantamento anterior. Actividades agrícolas, tece-lagem ao domicílio e trabalho assalariado continuam a estar interligados num sistema de equilíbrio económico de base e não podem ser considerados independentemente uns dos outros.

111

As transformações das aldeias operárias representam o reverso das que se verificaram em Almalaguês. Os operários tornaram-se pequenos proprietários e produtores independentes, intensificaram as estratégias de diversificação económica baseadas na compra de terra e no exercício de uma actividade independente.

Esta tendência pode ser facilmente interpretada como a resposta «espontânea» às novas formas de rigidez do mercado de trabalho que atingem todas as categorias operárias. Em termos humanos, a crise económica, a seguir à revolução de Abril, representou desemprego, despedimentos, salários em atraso, contratos a prazo, mas não só isso. As componentes tecnológicas das transformações em curso no mundo da produção reduziram sensivelmente a percentagem dos trabalhadores de que a indústria precisava para a produção de bens. A percentagem de operários na população activa masculina, entre 1971 e 1986, baixou em todas as aldeias: em Antanhol passou de 60,9% para 37,7%, em Eiras de 47,2% para 44,2% e também na Adémia, embora aqui a des-cida seja imperceptível, de 48,1% para 47,8%.

A diminuição dos operários não teve influência significativa na taxa da população activa, que permaneceu quase inalterada. Sobretudo, não significou um redimensionamento do conjunto dos trabalhadores que recebiam um rendimento fixo no mercado de trabalho. Assistimos simplesmente a uma alteração no quadro das actividades exercidas: enquanto a percentagem dos operários diminui, cresce a percentagem dos trabalhadores empregados nos serviços e no sector da distribuição; aparecem também alguns empregados com formação profissional, técnica ou comercial e com um diploma de estudos secundários. O grupo dos empregados foi o que

**Os operários
de Antanhol,
Eiras e Adémia
e a
intensificação
das
actividades
independentes**

registou o maior aumento: a percentagem de empregados na população activa masculina subiu em Antanhol de 6,8% em 1971, para 32,1% em 1986; em Eiras, de 11,2% para 24,3%; e na Adémia, de 6,1% para 25,7%. Entre as mulheres o aumento foi ainda mais flagrante: a percentagem de empregadas na população activa feminina aumentou em Antanhol de 0,7% para 33,7%, em Eiras de 6,9% para 19,5% e na Adémia de 2,4% para 18,9%. A escolarização foi o elemento crucial que permitiu implantar estratégias mais complexas de mobilidade social.

Verifica-se, assim, que o trabalhador, quer tenha um salário ou um ordenado, quer desempenhe uma tarefa simples na fábrica ou uma função de superior, em vez de cortar todos os vínculos com a actividade independente e passar a depender exclusivamente da empresa onde trabalha, seguiu uma estratégia de sinal contrário, exercendo um sem número de actividades independentes.

As estratégias de diversificação económica foram, essencialmente, de dois tipos: as baseadas no reforço das actividades de autoconsumo ligadas à propriedade agrícola, e as baseadas no lançamento de iniciativas comerciais e empresariais.

Observemos a expansão da pequena propriedade independente. Eiras é particularmente significativa neste sentido: aqui, mais de metade da terra estava nas mãos de cinco ou seis grandes proprietários que a subdividiam em lotes destinados a arrendamento; quanto ao resto, ao lado duma grande empresa capitalista, havia um grupo muito pequeno de produtores independentes, que muitas vezes forneciam mão-de-obra às empresas maiores. Em quinze anos, os proprietários agrícolas desapareceram e os pequenos produtores independentes passaram a mais do dobro.

Esta transformação não resultou de qualquer intervenção «externa» (não houve, nesta zona, acções organizadas de ocupação das terras, nem nenhuma intervenção da reforma agrária, como nos distritos do Alentejo); tratou-se mais de uma «revolução» silenciosa, surgida espontaneamente «da base». No clima revolucionário, os proprietários começaram a ceder, por baixo preço, casas e terrenos, preferindo um pagamento imediato, por ínfimo que fosse, às indemnizações incertas dos governos revolucionários. As vendas de terrenos, nos seis anos que se seguiram à revolução, subiram vertiginosamente: 20% em Eiras, acima de 100% na Adémia. O mesmo aconteceu com heranças e doações, embora com

um ritmo mais intermitente e descontínuo. Assim, entre compras e vendas, heranças e doações, o sonho de ser proprietário de uma terra, nem que fossem poucas centenas de metros, tornou-se realidade para muitas famílias. Há quinze anos, em Eiras e na Adémia, só um terço das famílias cultivavam uma horta e/ou terras; hoje em dia, são mais de metade. Também em Antanhol, onde já estavam amplamente representados, o número dos pequenos produtores independentes cresceu de então para cá.

Se, por um lado, as estratégias fundiárias abriram novas possibilidades económicas, a de diversificação baseada na livre iniciativa comercial e industrial — graças, sobretudo, ao desenvolvimento das infra-estruturas e dos serviços nas aldeias e à difusão de novos modelos de consumo entre a população — abriu mais e melhores perspectivas. O operário não depende agora só da fábrica, ele é também um mecânico ou um operário especializado que abre a sua própria oficina na aldeia; o assalariado já não é apenas um empregado subalterno, um servente ou um moço de fretes, é também um agricultor e um fornecedor de serviços, num qualquer ramo de actividade, que trabalha por conta própria e criou na aldeia a sua clientela. Já anteriormente, as pessoas procuravam dedicar-se a uma actividade subsidiária e a combinação de rendimentos de origens diferentes representava a principal estratégia das famílias para um equilíbrio, embora sempre precário, dos seus orçamentos. Hoje em dia, ao lado das estratégias anteriormente utilizadas, existem novas possibilidades de diversificação que podem ser postas em prática com menos dificuldade e de forma mais rentável, não só por um aumento da procura de serviços e de trabalhos especializados, mas também por haver mais tempo «produtivo» à disposição⁴.

Normalmente, o trabalhador começa por exercer, por conta própria, uma actividade que é continuação directa daquela que exerce na cidade por conta de outrem: se trabalha como mecânico monta uma pequena oficina na aldeia; se

⁴ Dantes, um operário tinha de dedicar todo o seu tempo à fábrica; além das horas de trabalho, a ida para o trabalho e a volta à aldeia, feitas muitas vezes a pé, roubavam-lhe 3 ou 4 horas; não podia deixar de fazer horas extraordinárias nem podia eximir-se a trabalhos por conta do patrão (por exemplo, se o patrão tinha terras, o operário cultivava-lhas). Em conclusão, as suas condições de trabalho impediam-lhe ou limitavam-lhe outras formas de ganhar a vida fora da fábrica. Hoje, ele tem pelo menos o dobro das possibilidades de exercer uma segunda actividade; e se já exercia duas actividades, hoje tem pelo menos o dobro das possibilidades de exercer até uma terceira.

trabalha como electricista exerce a actividade por conta própria; se trabalha numa fábrica de madeira monta uma marcenaria, etc. E quando não consegue expandir-se no sector em que opera, o trabalhador procura a sua independência noutras áreas: além de todas as combinações possíveis do trabalho assalariado com o trabalho agrícola, há ainda uma variedade enorme de combinações diferentes.

Todas as pequenas adaptações e alterações descritas acabaram por criar, em todas as aldeias, uma nova fisionomia dos agregados domésticos. A camada de famílias «proletárias», que dependem exclusivamente do mercado de trabalho, foi diminuindo, ao passo que a camada das famílias «mistas», que obtêm os seus rendimentos de fontes diferentes, tornou-se mais numerosa. Com efeito, os agregados domésticos com uma única fonte de rendimento (geralmente representada pelos salários) reduziram-se a metade, passando em Antanol de 52,4% em 1971 para 32,2% em 1986, na Adémia de 75,6% para 47,4% e em Eiras de 67,6% para 37,8%. Os agregados domésticos com rendimentos de duas fontes diferentes subiram na Adémia de 22,9% para 36,6%, em Eiras de 32,4% para 46,8%; em Antanol, onde já era muito vulgar a combinação do trabalho industrial com actividades de autoconsumo, também aumentaram, embora menos, subindo de 43,7% para 44,8%. Convém, porém, salientar acima de tudo que os agregados domésticos com rendimentos de três ou quatro origens diferentes, quase inexistentes há quinze anos, passaram a ser cerca de dois em cada dez, subindo em Antanol de 3,9% para 23,0% e na Adémia de 1,5% para 16,0%; em Eiras, onde não havia nenhum, constituem hoje 15,4%.

A fonte de rendimento é, portanto, o emprego, mas também a propriedade e o exercício de uma actividade independente. A diversificação, levada a efeito através duma rigorosa disciplina de grupo, permitiu que as famílias aproveitassem as únicas possibilidades de melhoria e satisfizessem as novas necessidades de subsistência que, de ocasionais, passaram a permanentes. É neste campo que devem procurar-se as verdadeiras causas do progresso económico e das discrepâncias entre as relações de produção capitalista e as relações de reprodução social, salientadas por alguns estudiosos (Santos, 1985, 1990).

**Coesão
familiar e
flexibilidade
dos papéis
produtivos**

115

A coesão familiar e, em particular, a colaboração entre cônjuges foram as principais condições que permitiram aproveitar as novas oportunidades de melhorar a situação de vida através da diversificação das actividades. Qualquer actividade independente baseia-se tanto no trabalho da mulher como no do homem. Também as crianças, mal podem trabalhar, são envolvidas nas actividades dos adultos. As iniciativas e actividades que cada um parece realizar individualmente entrelaçam-se de muitas maneiras, apoiam-se e condicionam-se reciprocamente, sobretudo com vista a proteger os elementos que se encontram nas situações de trabalho mais melindrosas. A maior complexidade económica da família assenta na interdependência e na flexibilidade dos papéis produtivos dos seus membros, num sistema integrado de actividades que engloba também as gerações mais novas. Isto implica, naturalmente, uma modificação da divisão do trabalho no seio do núcleo familiar, uma redefinição contínua e uma adaptação das funções familiares às novas exigências produtivas. Consideremos a relação com a terra. Anteriormente, a força de trabalho feminina tendia a substituir ou a complementar a masculina na agricultura, como parecia sugerir o padrão irregular de abandono da agricultura por parte das mulheres. Hoje verifica-se uma inversão dessa tendência. Há cada vez mais mulheres no mercado de trabalho da cidade que não têm de renunciar a uma actividade extradoméstica para garantir o trabalho nas terras⁵. Pelo contrário, foram os homens que passaram a dedicar mais tempo às actividades agrícolas dado que têm mais tempo à disposição (horário laboral mais reduzido, sábado livre, férias, etc.). Além disso, graças ao emprego de máquinas e a uma maior eficiência produtiva, a terra produz mais e requer menos trabalho.

⁵ As mulheres trabalham na fábrica enquanto solteiras e, com o nascimento dos filhos, tendem a deixar a actividade extradoméstica para se dedicarem à casa e ao tratamento da horta e dos animais. Todavia, com as facilidades e os serviços sociais — embora insuficientes — que dantes não havia (por exemplo, transportes, que poupam 3-4 horas de caminho a pé; electrodomésticos, que diminuem o tempo gasto nas tarefas domésticas; jardins-escola, etc.), o número de mulheres que, depois de casadas, continuam a trabalhar na cidade é maior do que era dantes. As mulheres casadas com emprego a tempo inteiro em actividades extra-domésticas, entre 1971 e 1986, aumentaram de 19,8% para 27,5% em Antanhol; de 17,7% para 38,1% em Eiras e de 22,7% para 34,4% na Adémia. E se tomarmos em consideração a actividade da mãe em relação à idade do filho menor, veremos que a percentagem das mães que trabalham a tempo inteiro fora de casa aumentou quer no caso de mulheres com filhos até aos 6 anos quer no caso de mulheres com filhos entre os 6 e os 14 anos.

Em segundo lugar, a diversificação económica foi acompanhada, numa relação de interacção recíproca, por uma presença mais vinculada de formas familiares complexas: as famílias extensas, entre 1971 e 1986, aumentaram em Antanhol de 19,4% para 25,8% e na Adémia de 11,1% para 12,8%, ao passo que em Eiras se mantiveram praticamente sem variação. Embora o modelo de agregado familiar não seja a principal condição para melhorar as possibilidades económicas das famílias, e a cooperação vá muito além do restrito núcleo co-residente, parece no entanto existir ainda, tal como anteriormente, uma relação entre a estrutura do agregado familiar e a possibilidade de aumentar as opções económicas. Com efeito, a percentagem de famílias extensas com rendimentos de origens diversas é de 26,4% em Antanhol, 19,7% em Eiras e 13,8% na Adémia, e a percentagem das que apenas têm rendimentos salariais é, em qualquer dos três casos, mais baixa: 25,0% em Antanhol, 7,7% em Eiras e 11,9% na Adémia. A complexidade da actividade económica une os elementos da família à volta dum projecto comum, conferindo-lhe maior solidez e coesão e desencadeando dinâmicas opostas às que anteriormente favoreciam a sua divisão e dispersão.

Em terceiro lugar, tal como antigamente, seguem-se estratégias de «partilha preferencial» que favorecem um filho (ou mais do que um) em detrimento dos outros, até para limitar uma excessiva fragmentação das terras. O exame das escrituras de compra e venda deixa entrever a intensificação de estratégias de emparcelamento fundiário, numa situação de elasticidade do mercado da terra que impele nesse sentido.

Também os modelos de casamento apresentam um elemento de novidade em relação ao passado, que nos leva a reflectir. Com efeito, se considerarmos o âmbito do mercado matrimonial, notamos uma inversão da tendência anterior que evidenciava uma progressiva expansão da área geográfica para a procura de cônjuge: a percentagem de casamentos entre habitantes da mesma freguesia na década de 1975-1984, relativamente ao decénio anterior, aumenta em Eiras de 40,4% para 47,9% e na Adémia baixa ligeiramente, passando de 41,8% para 39,8%. A escolha do cônjuge num meio geográfico restrito sugere-nos um comportamento que procura evitar qualquer perspectiva de dispersão e reforçar, com o casamento, laços sociais e económicos capazes de conservar e ampliar a oportunidade de acesso aos recursos.

A diversificação económica junta-se, portanto, a formas concretas de organização familiar e demográfica. A possibilidade de intercâmbio e a flexibilidade das funções produtivas, a estrutura alargada ou extensa do núcleo doméstico, a intensificação dos processos de partilha preferencial, a persistência dos casamentos entre habitantes do mesmo núcleo habitacional evidenciaram-se como alguns dos elementos estratégicos fundamentais utilizados pelas famílias para uma maior segurança e uma melhor situação económica.

117

A coesão, a flexibilidade dos papéis e as práticas familiares são condições necessárias, mas não suficientes, do processo de diversificação económica. De facto, todas as estratégias das famílias devem, por sua vez, ser enquadradas nas redes de alianças que permitiram a sua concretização. Ao longo destes anos, todos construíram ou realizaram qualquer coisa e não podemos deixar de reconhecer, pela maneira como os factos surgiram e foram conduzidos, a influência e o apoio dos vizinhos e dos parentes.

**Parentesco,
vizinhança e
comunidade**

Também no passado, as relações de solidariedade em torno da reprodução «alargada» eram elementos estratégicos de criação de segurança. Originavam uma densa rede de cooperação recíproca através da qual se trocavam bens e serviços de todo o tipo: presentes e víveres, dias de trabalho, ajudas domésticas, empréstimos de dinheiro. As funções e os métodos não mudaram, mas, depois do 25 de Abril, com a nova circulação de dinheiro, de mercadorias e de oportunidades, os campos de intervenção alargaram-se e o ritmo de actividade acelerou-se: reforçaram-se ou surgiram novas alianças económicas no âmbito do parentesco, da vizinhança e do grupo de amigos. E as próprias circunstâncias foram ditando as alianças mais convenientes. Não é possível estabelecer critérios para classificar acontecimentos que são sempre imprevisíveis, mas o resultado é que todos se encontram no meio de uma complexa articulação de interesses e relações. Isto é evidente tanto no campo das iniciativas independentes como no controlo dos recursos de emprego, tanto nos circuitos internos da comunidade como nos circuitos externos.

Consideremos as estratégias de acesso à terra. O aumento dos salários nos primeiros meses que seguiram ao 25 de Abril e a possibilidade de comparar terrenos a baixo preço, num novo clima político que induzia os proprietários a

venderem, foram os primeiros e, sem dúvida, os mais importantes factores que orientaram as pessoas para a terra. Mas não foram os únicos. E, de resto, o aumento inicial dos salários foi limitado e cessou logo que se «estabilizou» a situação política. Nem mesmo os esforços conjuntos da família teriam bastado para tal. A outra condição essencial que tornou possível o aproveitamento das novas oportunidades de acesso à terra foi o suporte das relações de parentesco. Em todos os casos conhecidos, os parentes esforçaram-se por garantir a realização dos objectivos de investimento e deram o apoio necessário para enfrentar todas as situações de emergência: emprestavam dinheiro quando era preciso, participavam nas decisões de compra, colaboravam no desenvolvimento das actividades agrícolas e nas obras de construção e reconstrução de edifícios. Em Antanhol, Manuel comprou a casa e o terreno com as suas poupanças e os empréstimos dos parentes. Valentim, em Eiras, ajudou o filho a comprar uma exploração agrícola e, depois de se ter reformado trabalhou para ele quase a tempo inteiro. Em Eiras, Luís e o pai cultivam a terra que o cunhado e a irmã, emigrados em França, tinham comprado. E os exemplos sucedem-se. Todas estas circunstâncias, por muito diferentes que sejam, voltaram a restabelecer uma densa rede de relações verticais e horizontais entre parentes, e criaram uma sólida rede de interesses mútuos que inclui também os parentes emigrados no estrangeiro.

Estas dinâmicas estão igualmente patentes no desenvolvimento das actividades industriais e comerciais: os parentes emprestam dinheiro, os vizinhos entram como sócios numa empresa de construção, uma amizade converte-se em aliança económica. E não é apenas no circuito estritamente produtivo que se evidencia o papel preponderante das redes de parentesco e de vizinhança. A rede em que o indivíduo está inserido, para quem a saiba aproveitar, proporciona a ocasião e os meios para «fertilizar» os êxitos económicos em qualquer domínio. Todas as profissões que surgiram recentemente, como por exemplo a de representante ou agente comercial, baseiam-se em grande parte na habilidade para agir no círculo dos parentes e amigos íntimos. Todos os que têm um pequeno posto de vendas e que geralmente desempenham outras actividades ou são reformados, criaram a sua rede de clientes entre os parentes e os vizinhos. Isso mesmo fizeram quase todos os mecânicos, electricistas e outros trabalhadores independentes. O habitante da aldeia, afinal de contas, mistura negócios e família, transforma a sua

casa num estabelecimento da empresa, converte a sua actividade profissional e comercial numa economia doméstica que desenvolve num mini-universo comunitário, onde fazer negócios e cultivar relações humanas são práticas que se confundem.

Quer isto dizer que as redes de solidariedade não só acompanharam e apoiaram os movimentos de diversificação levados a cabo pelas famílias, como têm sido constantemente redefinidas e ampliadas através da articulação dos interesses económicos. Tal como anteriormente, elas não se circunscrevem às fronteiras da aldeia (que fronteiras, aliás?); antes se integram, com laços cada vez mais fortes na fábrica, na cidade e nos vários ramos do comércio ou da administração, à medida que as comunidades se inserem cada vez mais no sistema urbano através dos *mass media*, da comunicação e da mobilidade.

Observemos os circuitos de acesso ao mercado de trabalho. Grupos de parentes, compadres e vizinhos infiltram-se nalguns sectores desse mercado influenciando directamente a sua composição. Exemplar é o caso de Almalaguês. Dentre as novas oportunidades oferecidas pelo mercado, o camponês de Almalaguês privilegiou, sempre que pôde, os empregos que melhor se conciliavam com o trabalho agrícola: porteiro, guarda noturno, guarda prisional. Mas eram actividades como as de bombeiro ou funcionário dos correios que, pela quantidade e qualidade do trabalho, melhor se coadunavam com as suas necessidades. Estas opções tornaram-se possíveis graças a uma sólida tradição familiar e comunitária em virtude da qual alguns empregos se tornaram «coutada» desta aldeia. O primeiro bombeiro oriundo de Almalaguês, o popular «comandante», esteve na origem das primeiras admissões de parentes e conterrâneos. Por seu turno, todos os que entravam tentavam arranjar lugar para outros. E nos últimos quinze anos, com a expansão dos serviços esta estratégia teve um grande sucesso. Cerca de quarenta indivíduos são actualmente bombeiros, o que representa metade dos bombeiros de Coimbra, e quase outros tantos estão empregados nos correios, sendo mais de metade de um mesmo lugar da freguesia de Almalaguês.

As mesmas estratégias, embora de modo menos evidente e sistemático, podem encontrar-se nas outras aldeias. Todos, operários e empregados, procuram estar atentos a qualquer vaga que surja para lá colocarem alguém da família. E a flexibilidade e o elevado *turnover* das forças de trabalho (sobre-

tudo com o sistema dos contratos a prazo) oferecem-lhes bons espaços de manobra. Quase todos os operários, por exemplo, conseguiram empregar uma pessoa da família na fábrica onde trabalham.

A segunda forma de se obter emprego são os contactos pessoais com pessoas de posição social mais elevada. Também neste caso, as relações de parentesco, vizinhança e amizade têm um papel fundamental na procura e activação dos contactos certos. Mal vaga um lugar na função pública, ou surge um trespasse de estabelecimento comercial (por exemplo, de uma mercearia, de uma taberna ou de uma padaria), apresentam-se inúmeros candidatos e mobilizam-se todos os amigos, parentes e conhecidos bem colocados para os obter.

A luta por um emprego só pode ter êxito se a pessoa ou a família tiverem bons conhecimentos. Assim, as relações particularistas influenciam decisivamente o acesso ao mercado de trabalho, subjazem aos progressos conseguidos no campo das iniciativas independentes e constituíram o sustentáculo da diversificação que, na situação em causa, permitiu aos habitantes das aldeias deste estudo estabelecerem os equilíbrios económicos necessários para aumentar o nível de bem-estar. A diversificação concretizou-se nas relações de solidariedade e cooperação selectiva entre indivíduos e grupos, na sua interdependência recíproca, no fluxo contínuo de trocas de trabalho, de bens e de empréstimos; no vasto âmbito de tudo o que se dá e se recebe e nas redes de informação e controlo exercido sobre o ambiente e os recursos disponíveis.

O 25 de Abril abriu novos espaços de acção em que indivíduos e grupos se inseriram com as suas estratégias de inovação, apoiando-se nas relações de solidariedade como suporte de iniciativas económicas. As formas e os conteúdos de qualquer melhoria não podem compreender-se se não tiverem em conta o mundo criado e sustentado pelas relações de solidariedade e que, por outro lado, deram origem a uma dinâmica virada para o seu reforço e desenvolvimento constantes.

Conclusões

Tentemos sistematizar alguns pontos:

1. As relações de parentesco, amizade e vizinhança que constituem a sociedade-providência podem assumir os conteúdos mais diversos e englobar as mais variadas actividades

que se sobrepõem e se entrecruzam em múltiplas combinações. Não é só no campo do bem-estar social que se activa o circuito das relações de solidariedade, mas também no económico, no político, no religioso, etc. Isto mostra-nos a complexidade, a viscosidade e a indivisibilidade das relações sociais, económicas, políticas, etc., que só podem reconhecer-se através duma análise situacional.

2. A sociedade-providência na esfera económica, através do apoio a todas as iniciativas independentes, fortaleceu a relação entre trabalho assalariado e pequena propriedade e criou uma rede de conexões entre os vários estratos sociais que esbateu cada vez mais as fronteiras entre estes e tornou cada vez mais ambíguos os privilégios e as posições de classe. Contribuiu para a diferenciação e ampliação dos grupos intermédios e para a superação da rígida polarização social. Exerceu uma função estabilizadora e de reforço do consenso político. Os habitantes das aldeias aqui referidas, de facto, não são mais nem menos indiferentes à política do que a média dos habitantes do concelho e a média nacional e não demonstram, através do voto, uma propensão muito mais forte para modificar as actuais linhas da política do governo; aliás, reflectem-na e contribuem para o seu reforço.

3. A sociedade-providência define, na realidade portuguesa, uma situação semiperiférica. Os salários e pensões pagos pelo Estado e pelas fábricas não bastam para viver e torna-se necessário acrescentar recursos provenientes de outras actividades. As redes de solidariedade são, portanto, continuamente reactivadas para complementar os salários e satisfazer as novas exigências de consumo das famílias.

Isto não significa que as relações de solidariedade, em si, definam ou estejam associadas a situações periféricas ou semiperiféricas; que sejam, por outras palavras, factores de atraso, resíduos pré-modernos destinados a desaparecer com a modernização. Assim, é completamente superada a dicotomia que dominou a sociologia clássica entre comunidade (*Gemeinschaft*) e sociedade (*Gesellschaft*), entre sociedade tradicional e sociedade moderna, entre relações particularistas e relações universalistas.

A modernidade é constituída por uma ligação dinâmica de relações interpessoais formais e informais que mutuamente se influenciam e reforçam e que são indispensáveis para reduzir a incerteza dos processos de decisão nas sociedades complexas (Granovetter, 1984 e 1992; Mutti, 1990). Por

outras palavras, as relações sociais de tipo moderno emergem e afirmam-se em íntima ligação com o funcionamento dinâmico das relações de tipo tradicional que por sua vez se reforçam e reinterpretam de vários modos, num jogo que não é necessariamente de soma zero. As relações particularistas «tradicionais», por exemplo, adaptam-se ao domínio da pequena empresa e ao modelo produtivo da especialização flexível; mas podem também ser compatíveis com a produção em grande escala, como demonstra o modelo de organização do trabalho na grande fábrica japonesa. Isto implica que as relações de solidariedade possam ligar-se ao círculo vicioso do atraso (como acontece em muitas zonas do Sul da Europa) ou ao círculo virtuoso do desenvolvimento; podem definir estratégias de pura subsistência ou promover dinâmicas de êxito empresarial (como, por exemplo, acontece nas famílias chinesas emigradas). Os resultados dependem do contexto histórico-cultural com que se confrontam as redes de solidariedade e de uma série de interdependências económicas muito mais vastas (de carácter nacional e internacional) que vinculam os esforços dos indivíduos a espaços de acção restritos e definidos⁶. De qualquer modo, as diferentes respostas das diversas realidades locais à modernidade indicam a existência de uma pluralidade dos percursos de modernização, ainda que todos igualmente modernos. ■

⁶ O esquema teórico de referência é o da *world-economy*. Da ampla bibliografia sobre o tema, remete-se para os textos mais importantes: Wallerstein (1979 e 1984)

Referências Bibliográficas

- | | | |
|-----------------------------|-------|---|
| Câmara Municipal de Coimbra | 1994 | Estudos prévios. Plano Director Municipal. Coimbra, CMC. |
| Granovetter, M. | 1984 | «Small is Beautiful: Labor Markets and Establishment Size». <i>American Sociological Review</i> , 49: 323-334; |
| Granovetter, M. | 1992 | «Economic Institutions as Social Constructions: A Framework for Analysis». <i>Acta Sociologica</i> , 35: 3-11 |
| Mutti, A. | 1990 | «Sociologia dello sviluppo e questione meridionale oggi». Comunicação apresentada ao Colóquio «La questione meridionale negli anni '90». Nápoles, 3-4 Outubro. |
| Piselli, F. | 1991a | «Estratégias económicas e dinâmicas familiares em quatro aldeias do concelho de Coimbra: antes e depois do 25 de Abril». <i>Antropologia Portuguesa</i> , 9/10: 125-146 |
| Piselli, F. | 1991b | <i>Medio Occidente</i> . Veneza, Marsilio |
| Piselli, F. | 1993 | «Família, mercado e transformação política em quatro aldeias do concelho de Coimbra». <i>Oficina do Centro de Estudos Sociais</i> , 36. |
| RCCS | 1985 | <i>Revista Crítica de Ciências Sociais</i> , nº 15/16/17 (número temático «Portugal 1974-1984. Dez anos de transformação social»). |
| RCCS | 1986 | <i>Revista Crítica de Ciências Sociais</i> , 18/19/20 (número temático «Portugal 1974-1984. Dez anos de transformação social»). |
| Santos, B. S. | 1985 | «Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português». <i>Análise Social</i> , 87/88/89. |
| Santos, B. S. | 1990 | <i>O estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)</i> . Porto, Edições Afrontamento. |
| Santos, B. S. | 1993 | «O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia: o caso português». <i>Portugal: um retrato singular</i> . Porto, Edições Afrontamento. |
| Wallerstein, I. | 1979 | <i>The Capitalist World-Economy</i> . Cambridge, Cambridge University Press. |
| Wallerstein, I. | 1984 | <i>The Politics of the World-Economy</i> . Cambridge, Cambridge University Press. |